



ALGUNS ASPECTOS DAS IDENTIDADES ANGOLANAS: PEQUENA ANÁLISE COMPARATIVA

Paula Faccini de Bastos Cruz¹

Fazer reagir para descobrir um aspecto desaperecebido, um ângulo insólito, uma propriedade escondida. Sem ter medo de desordenar a História ou de zombar da cronologia. O jogo vale a pena: o comparativista experimentador se dá assim a liberdade e o prazer de desmontar e de remontar lógicas parciais de pensamento. (DETIENNE, 2004, p. 16)

O presente trabalho fez parte dos estudos da elaboração da tese de doutoramento desta autora, que por meio do cinema produzido em Angola, buscou analisar como se apresentavam as situações de vulnerabilidade desta sociedade, sua capacidade de resiliência²; como eles identificavam e nomeavam a si próprios, no período em questão (2002-2008). Para tanto, se fez imprescindível o aprofundamento de certos conceitos, como identidade/alteridade, cultura, sociedade e etnicidade.

Neste artigo é mostrado o resultado de uma pequena parte deste exercício, da busca e compreensão desses conceitos. Foi escrito a partir de um estudo comparativo entre textos, onde se pretendeu — através desta intertextualidade — contribuir para a compreensão dos elementos que permitiram e estão permitindo a construção de identidades em Angola. Diz-se identidades angolanas, assim, no plural, porque as identidades, em geral, querem se apresentar como homogêneas e unificadas, porém mostram sempre uma pluralidade e uma heterogeneidade marcantes, bem evidentes no caso de Angola.

Este trabalho parte da História Comparada, que já é por definição interdisciplinar em todos os sentidos – conceitual, teórico, e na escolha dos tipos de fonte. Indo além, Dètienne propõe um estudo a

¹Cineasta e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ). Agradeço aos membros do LeÁfrica pelas críticas e sugestões, especialmente ao Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho e a Profa. Mestra Priscila Henriques Lima.

² Capacidade de reestruturação do sujeito após um trauma profundo.

partir da comparação de formas de pensamento, de entradas, daquilo que chamou de “sistemas de pensamento”, “placas de coerência”, de “comparáveis” (DETIENNE, 2004, p. 57). Por exemplo, uma ação, um gesto, como escolher ou rejeitar, se encadeia num conjunto arbitrário de pensamento, numa configuração, numa concepção de mundo que possui “uma coerência relativa”, e que pode ser localizada, analisada e comparada.

Assim, as placas de comparáveis funcionam como escolhas orientadas, “relações em cadeia”, e são organizadas pelo pesquisador por meio de intuições sucessivas. Uma vez identificadas, essas comparáveis nos possibilitarão perceber, compreender e nomear mecanismos que atuaram como formas de entendimento de si e do outro, da criação do duo identidade/alteridade entre angolanos e portugueses no passado, e que, influenciam a constituição do entendimento que os angolanos têm de si mesmos até os dias de hoje, principalmente na cidade de Luanda. Reafirma-se aqui o foco de estudo: interessa a imagem que essa sociedade desenha de si mesmo, como se enxerga no espelho – não a visão externa da mesma, construída pelo Ocidente, muitas vezes estereotipada, cheia de incompreensão, distorções e preconceitos.

Estas placas de coerência só são passíveis de definição, de nomeação, durante o próprio fazer, no exercício de comparação, posto ser nele que, aos poucos, vai se apresentando ao pesquisador seus traços – a crítica é sempre acompanhada pela experimentação. Esta questão fica mais clara ao longo do artigo, onde se busca elucidar as placas de coerência utilizadas. Parafrazeando Dètienne, o pesquisador se exercita enquanto passeia, com duas ou três questões no bolso, pelas passarelas que constrói entre um texto e outro, um texto e uma imagem, tentando “estender o mais largamente possível o campo de uma investigação da qual ainda não soube fixar os limites” (DETIENNE, 2004, p. 52).

Com esse instrumental teórico, partiu-se para uma análise das transformações sociais e variações culturais em Angola, a partir dos primeiros contatos com os europeus (1576). Verificou-se que inicialmente essas se deram em função da sobreposição forçada de uma estrutura de Estado³ocidental às sociedades nativas (Partilha da

³ Não se pretende aqui aprofundar-se nas questões que envolvem o conceito de Estado, por entender-se que apenas este já necessitaria de um artigo próprio. Definido de forma

África, 1884-1885). Por conseguinte, estas sofreram todas as fraturas que tal violência acarreta, como a consequente guerra de independência (1961-1974), e depois uma longa guerra civil (1974-2002); a unificação linguística, que se deu em língua estrangeira; migrações forçadas; demarcação territorial artificial, entre outros. (HODGES, 2002; WHEELER & PÉLISSIER, 2009; MINTER, 1998).

Alguns elementos ainda presentes na construção das identidades angolanas são vestígios da época dos primeiros contatos com o Ocidente, da forma como esses se deram, do entendimento que os europeus tiveram das populações que encontraram, e das imposições e negociações estabelecidas no processo de dominação colonial, outros tiveram suas origens nas lutas de libertação, alguns mais adiante no tempo, durante a guerra civil, e, mais contemporaneamente, após a paz.

Para enriquecer a compreensão do impacto dos primeiros contatos entre europeus e africanos, foram analisados os estudos de Todorov sobre a conquista da América pelos espanhóis, mais exatamente, como os espanhóis perceberam os índios (TODOROV, 2003). A partir de uma análise comparada entre ambos os processos de dominação, foram encontradas importantes semelhanças. Este autor parte do princípio de que o “eu” é “um outro”, e cada “outro” é um “eu” também. O que os diferencia é o ponto de vista no qual somente “eu” estou aqui, e os “outros” estão lá. Eles podem formar um grupo social, do qual “eu” não faço parte, mas que é parte de minha sociedade ou podem ser tão desconhecidos que não os compreendo e quase não os identifico como sujeitos, como nos casos em questão.

A primeira placa de comparável, selecionada no texto de Todorov, foi a religião dos europeus. O autor aponta o cristianismo como uma das principais forças motrizes de Colombo em sua empreitada, sendo o ouro apenas o meio pelo qual ele acreditou viabilizar seu projeto. Entendendo que a Península Ibérica era toda ela igualmente cristã, voltada para os mesmos ideais cruzados expansionistas, também Portugal, em seu discurso colonizador, justificou durante séculos sua dominação fazendo uso do mesmo discurso. Mais tarde, o neocolonialismo, iniciado em fins do século

breve considera-se Estado, nesse artigo, como sendo um espaço geográfico demarcado por fronteiras, onde instituições públicas exercem o monopólio “de coerção e extração dentro de um determinado território” (SMITH, 1997, p. 29).

XIX, justificaria a dominação por meio do mito da superioridade da “raça branca”, que teria a obrigação de levar sua civilização aos povos inferiores. O cristianismo, como parte fundamental dessa cultura, continuaria uma imposição. Os verdadeiros interesses (busca de matéria-prima, mão de obra barata e mercado consumidor) continuariam os mesmos, e a notória incapacidade de alteridade, de compreensão do outro, também.

Ao analisar a obra de Cortez, Todorov percebe que esse fez várias comparações entre sua cultura e a que encontrou no México, buscando com isso decifrar o desconhecido e atribuir-lhe um valor. Este sistema de pensamento também se encontra na atitude dos portugueses, com relação aos africanos. Os lusitanos construíram a identificação dos nativos através de uma escala de valores que partia da comparação consigo mesmo. Pode-se constatar este fato, por exemplo, por meio da análise de fotos e pequenos documentários produzidos à época, onde os negros aparecem como que catalogados, e em ocupações, muitas vezes montadas cenograficamente, onde se busca comprovar esta inferioridade (cf. MATOS, 2006). Nesses documentários, os nativos africanos, perceptivelmente constrangidos, segundo a autora, são “expostos” trabalhando em atividades braçais, seminus e embrutecidos, como que fadados somente a estas funções, incapazes de qualquer trabalho intelectual, e invisíveis quando a sua cultura. Nas fotos abaixo aparecem vários “exemplares”, como num mostruário, vendidos para o Brasil.

**Figura 01**

Fonte:Fotos de Henschel, Alberto. *In:* ERMAKOFF, George. O negro na fotografia brasileira do Século XIX. Rio de Janeiro: George Ermakoff Casa Editorial, 2004. p. 182.

Assim também os índios eram entendidos como objetos pelos espanhóis, coletados como que “para completar uma espécie de coleção naturalista” (TODOROV, 2003, p. 187). Quando analisada a filmografia produzida por Portugal sobre suas colônias africanas, pode-se constatar que a atitude dos portugueses foi exatamente a mesma (MATOS, 2006).

Outra comparável analisada neste texto foi a percepção da mudança de mundo vivenciada pela Península Ibérica. A subordinação de todos os valores à riqueza é apontada como um marco da entrada nos tempos modernos, na Europa Ocidental. Valores antigos, como títulos de nobreza e honra, conquistados apenas através das guerras ou por herança, podiam agora ser comprados. “Esta homogeneização dos valores pelo dinheiro é um fato novo, e anuncia a mentalidade moderna, igualitarista e economicista” (TODOROV, 2003, p. 206).

Pode-se pensar que, da mesma forma, o impacto da entrada desta mentalidade moderna nas comunidades africanas nativas foi desnorteante, desestruturante e avassaladora. Sociedades que possuíam outras concepções de mundo, outras escalas de valores, outro sistema econômico se viram obrigadas a inserir-se num contexto global que lhes era incompreensível.

O cristianismo mostra-se paradoxal, uma vez que considera todos os homens iguais perante Deus, mas escraviza em nome da religião. Não-cristãos, os índios eram entendidos como seres inferiores, podendo escolher entre se submeter espontaneamente ou à força aos espanhóis. Mas esta superioridade é dada pelo próprio discurso, pelo sujeito que o enuncia. Entendendo os índios como bárbaros e incivilizados, os espanhóis elaboraram um juízo de valor baseado em sua própria definição e compreensão dos termos, e por esta razão atribuíram a si próprios o “direito de tutela”: direito de “civilizar” o indígena, mantendo-o sob sua guarda (e exploração) e com estatuto próprio, até que esse fosse considerado assimilado⁴. Da mesma forma agiram os portugueses com os indígenas africanos (cf. MATEUS, 1999). Avançando no tempo, a dominação seria justificada pela superioridade das raças europeias, camuflando uma mesma placa de coerência: os europeus eram superiores aos indígenas, não-europeus, seres inferiores, dessa forma referendando o “direito de tutela”.

Outro ponto de semelhança entre a colonização espanhola na Meso-América e a colonização portuguesa em África foi a falta de capacidade de percepção das diferenças entre as várias populações de cada um dos novos continentes, por parte dos colonizadores, padronizando-as como se fossem uma só. Não foi feita “nunca uma configuração cultural ou social que possa ajudar a compreender as diferenças” (TODOROV, 2003, p. 239). O colonizador enxergava o mundo a partir de sua mentalidade, de sua concepção de mundo já pré-concebida, incapaz de estabelecer alteridade: temos aqui outra comparável. O europeu encaixava o que via, o novo, naquilo que lhe era conhecido. Ele identificava aquilo que descobria com que já estava pronto em sua mente.

⁴ Para ser considerado assimilado, o nativo precisava preencher uma série de requisitos, como dominar perfeitamente a língua portuguesa, ter uma profissão reconhecida pelos colonos, comportar-se como um europeu, enfim, poucos chegavam a esta condição.

Em seguida, foi feita uma reflexão rápida acerca da questão étnica em Angola, sem que se tenha encontrado necessidade, porém, de aprofundamento do tema. As etnias se formam a partir da relação com o outro, da alteridade, resultado da “organização social de diferenças culturais” – é o contraste entre o “eu” e o “outro” que as define. A cultura é a base onde se formam os grupos étnicos, sendo que não se formam em função de uma cultura comum, e sim das diferenças culturais que percebem entre si (cf. BARTH, 2005). A questão étnica na construção da angolanidade é, de longe, a mais problemática. Somatório de diversos grupos sociais, a população de Angola, no recorte temporal proposto na tese (2002-2008), está longe de possuir uma única identidade, porém, sua capital, Luanda, por razões históricas tornou-se um ponto de convergência de todas as culturas do país, inclusive as de herança estrangeira (cf. HODGES, 2002). Um grande caldeirão cultural, a cidade cria e recria identidades, que dali se propagam para as outras regiões.⁵

Para melhor compreender as mudanças sofridas pelas populações originais da região de Angola, fez-se também uma análise comparada entre estas e o caso dos paquistaneses migrados para a Noruega, estudados por Barth⁶ (BARTH, 2005, p. 20). Foi possível identificar significativas semelhanças entre os casos. Os paquistaneses, muitas vezes separados em seu país por guerras étnicas, uma vez na Noruega entendiam-se como um grupo só, estrangeiros, infinitamente mais diferentes dos noruegueses do que entre si. Também em Angola existiam, no período estudado, distintos grupos étnicos, que chegavam a entrar em conflito, por vezes. Mas após todo o seu passado sofrido, aprenderam a identificar-se em muitos aspectos. Como pequeno exemplo, pode-se citar a dominação colonial, comum a todos, e que levou os nativos à necessidade de aprender a língua portuguesa, principal acesso a nova cultura, ao seu reconhecimento como sujeitos capazes de se inserir na nova sociedade. Tudo isto acarretou transformações e mudanças em sua cultura original. A ideia que tinham de si mesmos modificou-se em função da ideia que o outro fazia de si, e as diferenças étnicas se

⁵ As particularidades e especificidades da cidade de Luanda estão narradas em CRUZ, 2015, pp. 108-114

⁶ Em seu livro o autor faz um estudo do processo vivido pelos migrantes paquistaneses para a Noruega, enfatizando seu processo de adaptação na nova sociedade. BARTH, F. Etnicidade e o conceito de cultura. In: *Antropolítica*. Rio de Janeiro: UFF, 2005. No. 19, pp.15-31.

tornaram pequenas, num primeiro momento, perto da percepção de serem nativos, negros, e estrangeiros em sua própria terra. O sujeito não estava mais dividido, de forma simples, entre duas culturas, a portuguesa e a de seu grupo étnico; era a cultura dele mesmo que se modificava. Os povos angolanos subjugados se viram obrigados a se reconhecer numa concepção de identidade ocidental, diversa da deles, nem sempre compreensível e que os colocava em posição de inferioridade. Analisaremos este fenômeno atentamente, através do texto de Elias.

Norbert Elias (1994) fez um estudo sobre uma comunidade de periferia urbana próxima a Leicester (MENNEL, Stephen, 2000, p. 13), visando analisar a relação entre o grupo estabelecido, mais antigo, e o grupo mais novo, os *outsiders* (ELIAS, 1994). Este estudo se torna interessante para nosso caso, principalmente porque a guerra civil angolana acarretou uma descontinuidade entre as grandes cidades e o campo, em todos os sentidos: econômico, político e cultural. E de uma forma tão radical, ousa-se afirmar que findaram por constituir grupos identitários diversos dos originais e isolados entre si. Entende-se no presente estudo, que a maneira como se deu a chegada dos portugueses à região, a forma como estes se impuseram e colonizaram os povos que lá habitavam, levou, muitas vezes, os nativos a se sentirem estrangeiros - *outsiders* em sua própria terra, principalmente em Luanda, que a presença dos portugueses foi centralizadora. De alguma forma, todos os nativos que chegavam eram *outsiders*, mesmo sendo parentes ou agregados, posto que a forma de vida que se impunha – entenda-se a cultura híbrida – era exclusiva daquele lugar, não sendo oriunda de nenhum grupo específico. Aqueles que há algum tempo já lá estavam haviam aprendido determinados códigos de conduta local, e deixavam mais do que claro quem era o grupo dominante – os “estabelecidos”. No período colonial, este grupo era formado pelos colonos portugueses e, secundariamente, pela elite híbrida formada pelos contatos entre os portugueses e nativos locais, a elite crioula luandense. Após a independência, as elites urbanas locais ocuparam este vazio.

Os “estabelecidos” se autorrepresentam como humanamente superiores, justificando desta forma seu domínio sobre os demais. Veem-se como pessoas melhores, possuidoras de virtudes e qualidades exclusivas de seu grupo. E os recém-chegados, por não compreenderem o que lhes falta, ou por não se sentirem capazes de

mudar o jogo de poder, acabam por aceitar, resignados, este lugar de inferioridade.

Esse estudo propõe que em Luanda, no recorte temporal proposto, o local de residência tenha se tornado um determinante geograficamente demarcado – centro, periferia, musseques⁷, que reflete, não só a forma de ocupação das famílias e agregados do mesmo grupo, mas mais ainda, sua condição na nova realidade social. Este teria sido um dos aspectos que identificou e foi dando coesão aos grupos. Esta coesão estabeleceu uma relação de forças entre os membros da sociedade, e se fortaleceu com o tempo, através das gerações de famílias que se conheceram e foram interagindo. Os novos tornam-se estranhos, mesmo os parentes, inclusive entre si.

Mas os sintomas desta inferioridade são normalmente gerados pela própria condição imposta ao grupo, por ser *outsider*. “Sob alguns aspectos, eles são iguais no mundo inteiro. A pobreza – o baixo padrão de vida – é um deles” (ELIAS, 1994, p. 28). A inferioridade de poder é sentida como inferioridade humana. Outra característica relacionada a eles é a falta de asseio, e por conta de suas condições precárias, isto é muitas vezes verdade.

Este equilíbrio de poder entre os grupos, porém, não é estático. Grupos estabelecidos podem se tornar *outsiders* ou desaparecer, como no caso dos colonos portugueses, após a libertação de Angola (1961), assim como *outsiders* podem deslocar-se para uma nova posição estabelecida, como ocorreu com as elites urbanas angolanas, na mesma época e até recentemente. Esta fantasia criada pelos estabelecidos possui função vital nas relações humanas de poder. O sonho da missão civilizadora portuguesa em África acarretou um movimento de contra-estigmatização dos antigos *outsiders*, hoje em busca de sua negritude e de seu próprio sonho.

Analisar algumas manifestações materiais usadas para marcar diferenças também nos ajuda a compreender a coexistência de diferentes identidades numa mesma sociedade. A identidade é marcada por meio de símbolos que ajudam a identificar o grupo pelas pessoas que os usam. A materialização destes símbolos, como a marca dos produtos consumidos, pode reforçar diferenças, igualdades ou até

⁷ Correspondente às favelas, no Brasil.

mesmo identificar zonas de conflito. Ela se constrói de forma simbólica e também social, posto que tenha causas e consequências materiais (WOODWARD, 2009). O processo de globalização está levando ao colapso as velhas estruturas sociais, por conta do rompimento das fronteiras econômicas e culturais. Surgem identidades novas, identificáveis em qualquer lugar do mundo pelo que usam e consomem, e quase não se diferenciam umas das outras. Uma característica marcante da atual fase do capitalismo é certa padronização cultural sofrida pelas sociedades por ele afetadas.



Figura 02 - Casamento: os trajes comemorativos da festa misturam símbolos locais tradicionais, com trajes de cerimônia ocidentais, no caso influência da colonizador cristão português, hoje compartilhada por toda comunidade católica global.

Fonte: Cenas do filme *Oxalá cresçam pitangas*, de Ondjaki e Kiluange Liberdade, 2006.



Figura 3 - Rappers angolanos: roupas, objetos e “atitude”, signos e símbolos que identificam uma juventude que protesta através de sua arte. Surgido no final do século XX entre as comunidades negras americanas, o rap é hoje uma linguagem global.

Fonte: Fotograma do filme *É dreda ser angolano*, produzido pela Família Fazuma, 2008.

Mas esta homogeneidade cultural pode afastar o indivíduo da cultura local, e conseqüentemente, de sua correspondente identidade, acarretando uma necessidade de reafirmação e fortalecimento de identidades étnicas ou urbanas, tanto quanto o surgimento de novas identidades.

Conclui-se este artigo lembrando sua pretensão de ser uma pequena contribuição para os estudos dos elementos que estão construindo as identidades angolanas, e principalmente na cidade de Luanda. Identidades plurais, híbridas, resultantes de muitas tramas superpostas historicamente, antropologicamente, culturalmente,

sociologicamente, enfim, muito recentes, e por isso mesmo, ainda em construção.

REFERÊNCIAS

BARTH, F. Etnicidade e o conceito de cultura. In: Antropolítica. Rio de Janeiro: UFF, 2005. No. 19, pp.15-31

CRUZ, Paula Faccini de. *Vulnerabilidade, resiliência e identidade: construções narrativas no cinema angolano – um estudo comparado de Oxalá cresçam pitangas e É dreda ser angolano*. Tese (doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto da História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Orientador prof. Dr. Ivo Coser.

DETIENNE, Marcel. *Comparar o incomparável*. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

ELIAS, Norbert. Introdução: Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. Pp 7-50

FAZUMA. *É dreda ser angolano*. Angola, Portugal: 2007, 65 min. DVD.

ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do Século XIX*. Rio de Janeiro: George Ermakoff Casa Editorial, 2004. p. 182.

HODGES, Tony. *Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*. Portugal: 2002 cap. 3

MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 1999. Pp. 19-41.

MATOS, Patrícia Ferraz de. *As cores do império: Representações raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: ICS, 2006. Pp. 53-159

MINTER, William. *Os contras do apartheid: As raízes da guerra em Angola e Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

MENNEL, Stephen. Nota Introdutória. In: ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 13.

ONDJAKI & LIBERDADE, Kiluane. *Oxalá cresçam pitangas – histórias de Luanda*. Angola e Portugal: 2006. 62 min. DVD

SMITH, A. D. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997. Pp. 13-33

TODOROV, T. A conquista da América. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 3-17; 183-243

WHEELER, Douglas & PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009, pp. 167-246.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomáz T. da & WOODWARD, K. Identidade e diferença. Petrópolis: Vozes, 2009. Pp 7-72

|